

Políticas neoliberais de Damares Alves: uma análise a partir da teoria da reprodução social

Isabela Hümmelgen¹

Resumo: Este artigo analisa dois discursos de Damares Alves sobre políticas públicas propostas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a partir do marco teórico da Teoria da Reprodução Social (TRS), conforme formulado por feministas marxistas. Mais especificamente, trata-se das falas da Ministra na ocasião de lançamento da campanha “A Força da Mulher Brasileira” e do programa “Equilíbrio Trabalho-Família.” Em termos metodológicos, emprega-se uma perspectiva feminista da Análise Crítica do Discurso (ACD) para investigar como as questões de ‘gênero’ e ‘cuidado’ estão implicadas nos discursos da Ministra. Na discussão dos dois casos, elabora-se como Damares Alves, para além representar o setor neoconservador do governo Bolsonaro, está inserida em sua racionalidade neoliberal, já que privilegia a meritocracia, o individualismo e a privatização do cuidado. Por meio da moldura teórica da TRS, conclui-se que a orientação das políticas do Ministério resulta na individualização das desigualdades sociais, raciais e de gênero em cima da carga de trabalho de reprodução social realizada pelas mulheres.

Palavras-chave: Discurso. Neoliberalismo. Políticas públicas.

Abstract: This article analyses two speeches by Damares Alves about public policies proposed by the Ministry of the Woman, the Family and Human Rights (MMFDH), based on the theoretical framework of the Social Reproduction Theory (SRT), as formulated by Marxist feminists. More specifically, the article approaches the Minister’s

¹ Doutoranda em Direito na Central European University (Áustria). Mestra em Direitos Humanos pela Central European University (Áustria). Mestra em Estudos das Mulheres e de Gênero na University of York (Reino Unido) e Universidad de Granada (Espanha) pelo programa GEMMA – Erasmus Mundus. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

speeches on the occasions of launching the campaign “*A Força da Mulher Brasileira*” and the program “*Equilíbrio Trabalho-Família*”. In terms of methodology, a feminist perspective of Critical Discourse Analysis (CDA) is used to investigate how the issues of ‘gender’ and ‘care’ are implicated in the Minister’s speeches. During the discussion of the two cases, the article elaborates on how Damares Alves, in addition to representing the neoconservative sector of the Bolsonaro’s government, is embedded in its neoliberal rationality, since she privileges meritocracy, individualism and the privatization of care. Through the theoretical framework of the SRT, the article concludes that the orientation of the Ministry’s policies results in the individualization of social, racial and gendered inequalities onto the social reproduction labour carried out by women.

Keywords: Discourse. Neoliberalism. Public policies.

Introdução

Damares Alves foi, durante o governo de Jair Bolsonaro, uma das principais figuras representantes do neoconservadorismo de seu projeto político. Pastora evangélica e advogada, ela se utilizou de uma retórica populista para encampar sua disputa contra as feministas e a favor da tradição conservadora cristã. Seu principal órgão de atuação, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), serviu como base do governo para promover suas políticas públicas contra a “ideologia de gênero”² e em prol dos “direitos humanos para humanos direitos.” Para além da moral conservadora, porém, neste artigo, argumenta-se que Damares Alves

² De modo geral, “ideologia de gênero” é um termo utilizado pela direita conservadora para se referir à teoria e ao pensamento feminista e às demandas políticas dos movimentos sociais, que são considerados uma “conspiração internacional” para destruir a “família.” Geralmente apoiados em argumentos genéricos que não têm base científica, os adeptos do termo enunciam que as concepções feministas de ‘gênero’ e ‘sexualidade’ se opõem à ordem criada por Deus: a ordem binária biológica do sexo de ‘masculino’ e ‘feminino’, que depende da heterossexualidade para reprodução (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, cap. 1; LEMOS, 2017).

também convém a racionalidade neoliberal do governo – representada geralmente pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes – em suas falas e ações. O intuito é demonstrar como Alves serve de exemplo para compreender a aliança entre ‘livre mercado’ e ‘moral conservadora’ presente no projeto político de Jair Bolsonaro. Assim, este artigo apoia-se na potencialidade teórica da Teoria da Reprodução Social (TRS) para realizar uma leitura feminista-marxista do governo Bolsonaro.

Como procedimento metodológico, selecionam-se dois discursos da Ministra Damares Alves que tratam das seguintes políticas públicas do MMFDH: a campanha “A Força da Mulher Brasileira” e o programa “Equilíbrio Trabalho-Família”. Nos dois casos, a análise centra-se nos temas de ‘cuidado’ e ‘gênero,’ conforme abordados pela Ministra, de modo a aplicar as lentes da TRS à realidade concreta das políticas públicas. Como referencial, adotam-se os métodos de Análise Crítica do Discurso (ADC), suas possíveis intersecções com o marxismo e sua abordagem feminista (LAZAR, 2007). Discurso é entendido como uma “prática social articulatória,” que constitui o mundo social e é constituído por ele (FAIRCLOUGH, 2013, p. 178). A respeito a suas conexões com o marxismo, ACD permite uma leitura crítica dos conceitos de política e ideologia para introduzir uma concepção relacional de discurso. Ao mesmo tempo, o materialismo histórico permite desvendar os fenômenos sociais e econômicos nos quais o discurso é constituído (HOWARTH, 2018). Dessa forma, neste artigo utiliza-se da potencialidade teórica marxista para articular a abordagem crítica inerente à ACD a uma análise dialética das estruturas culturais e sociais que constituem os trabalhos de cuidado.

De modo a expor esses pontos, este artigo se divide em três principais seções: primeiro, discorre-se sobre a TRS, indicando como desenvolveu-se como síntese dos feminismos marxistas, transformando-se em referencial teórico central para a compreensão dos trabalhos de cuidados nas sociedades contemporâneas; na segunda seção, apresenta-se a análise dos dois casos estudados, explicando como discurso, política pública e realidade socioeconômica se relacionam;

por fim, realiza-se uma discussão sobre o papel de Damares Alves no paradigma neoliberal-conservador do governo, tendo como base a investigação desses elementos nos casos analisados.

1. Potencialidade teórica do feminismo marxista: a teoria da reprodução social

Em 1975, quando Silvia Federici (2012) escreveu “*Wages against the Housework*,” sua intenção foi questionar o fato de que, no modo de produção capitalista, o trabalho não remunerado das mulheres no lar é visto como um “ato de amor” (FEDERICI, 2012, p. 16). Essa visão, embora ainda esteja presente no pensamento feminista, desenvolveu-se para novas teorizações, sendo as limitações iniciais superadas para incluir as interpretações contemporâneas. É nesse sentido que a Teoria da Reprodução Social (TRS) se consolidou como referência do feminismo marxista para discutir as relações de gênero, raça e classe dos trabalhos de cuidados que estruturam as sociedades capitalistas.

A TRS é um referencial e uma metodologia para compreender as relações sociais envolvidas na reprodução da força de trabalho no capitalismo, proporcionando uma compreensão de como a produção de bens e serviços e a reprodução da vida fazem parte de um processo integrado (BHATTACHARYA, 2017). Nessas lentes, a reprodução social engloba todas as atividades, atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relacionamentos envolvidos na manutenção da vida cotidiana. Isso inclui a disponibilidade de alimentos, roupas e abrigo para consumo imediato, o nascimento e a socialização das crianças, a prestação de cuidados aos idosos e enfermos, a manutenção dos lares e comunidades, as disposições afetivas e a construção social da sexualidade (BRENNER; LASLETT, 1991; FRASER, 2017).

Em outras palavras, a reprodução social é todo o trabalho social, mental, físico e emocional cujo propósito é fornecer “os meios definidos para manter e reproduzir populações” (BRENNER; LASLETT, 1991, p. 314, tradução minha), sendo uma categoria econômica funcional

que descreve os arranjos das atividades produtivas e reprodutivas nas economias capitalistas. Nesse sentido, o conceito de ‘cuidado’ é um aspecto do trabalho de reprodução social (embora não redutível a ele), podendo ser seu *modus operandi*, seu produto ou mesmo sua motivação. Assim, nas sociedades neoliberais, cuidado está ligado a ideologias que se baseiam nas dimensões afetivas e relacionais, na ética de cuidar de nós mesmas e de outras³ (DOWLING, 2021).

A TRS considera que o trabalho reprodutivo não remunerado é condição para o funcionamento do sistema econômico e a produção de valor em uma economia capitalista. Afinal, “cozinhar, limpar e cuidar” são essenciais para manter trabalhadoras que fabricam os bens e realizam os serviços “no cerne da produção de valor no capitalismo” (DOWLING, 2021, p. 28, tradução minha). Nesse sentido, a TRS elabora críticas feministas ao marxismo. O ponto de partida dessas críticas são os próprios estudos de Karl Marx sobre a classe trabalhadora, que são criticados por terem sido conduzidos a partir de um ponto de vista masculino. Como consequência, a identidade do “homem trabalhador” na escrita de Marx é construída como masculina e a importância do trabalho reprodutivo para a manutenção das sociedades capitalistas é minimizada⁴ (Federici, 2017, p.87). Ao mesmo tempo, embora se concorde que as visões de Marx sobre os temas de gênero e família não são suficientes, reconhecem-se suas contribuições relevantes para o desenvolvimento da teoria feminista. Segundo Federici (2017), não só o método materialista histórico permite demonstrar as hierarquias

³ Este artigo utiliza artigos femininos como expressão neutra que permite questionar os padrões masculinizados do idioma.

⁴ Bhattacharya (2017, p. 71–73) aprofunda essas críticas. Para ela, embora empregasse o termo “reprodução social do sistema capitalista,” Marx estava se referindo à “reprodução da totalidade da sociedade,” na qual a força de trabalho, como mercadoria, “precisa ser reabastecida e, em última análise, substituída sem interrupções ou paralisações, ao circuito contínuo de produção e reprodução do todo” (BHATTACHARYA, 2017, p. 76, tradução minha). Bhattacharya argumenta que, teoricamente, essa interpretação não se sustenta porque seu pressuposto é de que a produção de mercadorias e a reprodução social da força de trabalho pertencem a processos separados. A TRS supera essas contradições.

e identidades de gênero, mas também as análises de Marx sobre a acumulação capitalista e da criação de valor deram “ferramentas poderosas para repensar as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas na sociedade capitalista e a relação entre ‘sexo, raça e classe’” (FEDERICI, 2017, p. 79, tradução minha).

Como corpo de conhecimento heterogêneo e historicamente diverso (ARRUZZA, 2013), o feminismo marxista oferece diferentes interpretações para as interações entre gênero, raça e classe (GIMENEZ, 2019, p. 287). A abordagem da TRS tem como potencialidade a superação do impasse teórico gerado pelas “teorias de sistemas triplos” (ARRUZZA, 2017, p. 41) – que entendem patriarcado, racismo e capitalismo como estruturas autônomas de opressão que se articulam ou se cruzam (ARRUZZA, 2017, p. 56). A TRS oferece uma teoria unitária, tomando o capitalismo como uma “totalidade contraditória,” na qual classe não se cruza ou interage com gênero e raça, mas cada um compõe o outro dialeticamente (ARAÚJO, 2020a, p. 83). Ou seja, a sociedade é percebida “como um todo,” o que significa que “classe, gênero, raça, religião e outros fenômenos sociais, longe de serem independentes, existem em relações de determinação e conflito como sistema, formação social ou modo de produção” (MOJAB, 2015, cap. 1, tradução minha). Alicerçado nessa totalidade, o patriarcado é definido como um processo social que produz e reproduz a hierarquia de gênero, sendo inseparável das opressões de classe e raça (MOJAB, 2015, cap. 1).

Nesse sentido, a principal referência para explicar como essa totalidade contraditória opera no Brasil é Lélia Gonzalez (2020), considerada pioneira do pensamento feminista negro. Embora suas teorias tenham sido construídas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, como “intérprete do Brasil” (ARAÚJO, 2020b), a abordagem de Gonzalez ainda é precisa e útil para explicar, em suas palavras, “capitalismo racista-patriarcal dependente” da sociedade brasileira (GONZALEZ, 2020). Segundo ela, as articulações de raça, classe, gênero e poder, na organização econômica intrinsecamente racista e

patriarcal do trabalho, resultam na opressão, sobretudo, das mulheres negras.

Para a TRS, a família tem um papel fundamental na reprodução, incluindo a substituição geracional da classe trabalhadora; o lar, contudo, não abrange a totalidade do trabalho reprodutivo, já que a reprodução social é também realizada pelos sistemas de educação, saúde, lazer, pensões e benefícios sociais etc. (BHATTACHARYA, 2017, p. 73). Como e por quem o trabalho de reprodução é realizado em cada espaço está vinculado às condições materiais dadas pelas circunstâncias históricas específicas (ARRUZZA, 2017, p. 41). Considerando o “capitalismo racista-patriarcal” trazido por Gonzalez (2020), a operação do racismo cultural e do patriarcado molda as relações de trabalho na América Latina. Nessas sociedades, as mulheres negras são colocadas na posição de cuidadoras, faxineiras e empregadas domésticas – ocupações que muitas vezes não lhes proporcionam emprego formal e pleno acesso aos direitos trabalhistas (BARRETO, 2005, p. 42). Na teorização de Gonzalez, o que acontece no Brasil é que as configurações do sistema capitalista como racista e patriarcal fazem com que as mulheres – e particularmente as negras – sejam as que são atribuídas aos papéis desvalorizados do cuidado (GONZALEZ, 2020, p. 131).

Enfim, a partir desses pressupostos teóricos, este artigo desvenda como as relações sociais, raciais e de gênero são centrais no entendimento das políticas públicas relacionadas a cuidado propostas pelo Estado brasileiro, particularmente no contexto de capitalismo neoliberal acentuado no governo Bolsonaro.

2. Análise de casos: políticas públicas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Ao vencer as eleições e assumir a presidência, Jair Bolsonaro proclamou em seu discurso de posse que ia “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores.” (BOLSONARO,

2019, l. 28). Para ajudar em sua cruzada, ele convocou a pastora evangélica Damares Alves. Em sua biografia oficial no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Alves é apresentada como alguém que “cuida do Brasil com o aprendizado adquirido ao longo da vida como mãe, advogada, educadora e pastora evangélica” (MMFDH, 2021e). Em suas aparições públicas, a Ministra apresenta-se como uma figura materna, quase sempre vestida de rosa e muitas vezes carregando símbolos religiosos (como uma cruz pendurada no pescoço). Seu discurso é performativo, já que ela constrói sua própria identidade em torno da imagem da mulher conservadora que representa um ideal patriarcal de feminilidade (FERREIRA; NASCIMENTO, 2020, p. 488). Simbolicamente, Alves confere legitimidade aos movimentos antigênero ao (enquanto mulher) desqualificar as lutas emancipatórias de outras mulheres. Por exemplo, no passado, a Ministra afirmou que ela própria é “feminina, não feminista” e que luta contra a violência doméstica mas não “tem pelos nas axilas” (AGUIAR; LONDRES, 2020; MORAIS, 2020).

De fato, Damares Alves ocupa espaço central entre os atores que defendem a moralidade conservadora no governo Bolsonaro, caracterizada pelo nacionalismo exacerbado, pelo autoritarismo estatista e pela moral cristã tradicional (BROWN, 2019, p. 2). É preciso ressaltar, contudo, que ao mesmo tempo em que se caracteriza como um político conservador, Bolsonaro está também inserido no paradigma que privilegia os ‘mercados,’ demonstrado pelo seu desejo de impulsionar a agenda neoliberal, nas formas, por exemplo, da desregulamentação do trabalho, da demonização do estado social e da defesa da liberdade. Nesse ponto, aqui se adota a definição trazida por Wendy Brown, para quem o neoliberalismo é geralmente associado a “um pacote de políticas que objetivam privatizar os serviços e a propriedade pública, reduzir radicalmente o estado social, controlar o trabalho, desregulamentar o capital e produzir um ambiente fiscal amigável para investidores estrangeiros diretos” (BROWN, 2019, p. 17–19, tradução minha). O projeto político-econômico neoliberal,

nesse contexto, é aquele que privilegia os interesses dos mercados e glorifica o indivíduo, enquanto despreza a esfera pública e relega ao governo o papel de criar as condições para a maximização da lucros privados (KLEIN, 2018, p. 80).

No governo Bolsonaro, esse projeto está bem articulado com seus ideais conservadores. Sobre o tema, Brown argumenta que o neoliberalismo e o conservadorismo operam em conjunto conceitual e praticamente, uma vez que ambos estão interessados em dismantelar o provimento do público e ressaltar o privado, particularmente na forma da família tradicional cristã (BROWN, 2019). Partindo dessas considerações, este trabalho tem como pressuposto que o governo Bolsonaro opera diante de um paradigma “neoliberal-conservador.” Ao final, esta dinâmica entre a moralidade conservadora e a prevalência dos mercados é demonstrada pela análise dos discursos de Damares Alves que, embora represente o polo conservador do governo, reproduz a racionalidade neoliberal do contexto em que está inserida – isto é, no projeto político-econômico de Bolsonaro.

2.1 Campanha “A Força da Mulher Brasileira”

A campanha “A Força da Mulher Brasileira” deriva do projeto “Qualifica-Mulher,” uma política para proporcionar às mulheres em situação de vulnerabilidade⁵ as condições de trabalho dignas e oportunidades para sua projeção econômica e social. Para isso, a proposta é a realização de parcerias que ofereçam formação profissional e promovam empreendedorismo e *networking* (GABINETE DA MINISTRA, 2020, Portaria Ministerial 3.175/2020). No seu discurso na ocasião de lançamento da campanha, em 8 de março de 2021, a Ministra Damares Alves discorre que o Ministério está trabalhando para a “inclusão produtiva da mulher,” explicando que há muitas

⁵ Definida como: mulheres que “possuam renda mensal de até um salário-mínimo e meio, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental e/ou médio, ou que não tenham escolaridade” (Art 1º, § 1º).

mulheres ‘nano-empendedoras’ no país (MMFDH, 2021b). Ela se refere ao termo que define, de acordo com a página do MMFDH, negócios “criados com o menor custo possível e, obrigatoriamente, por pessoas que estão fora do mercado de trabalho” (MMFDH, 2021f) – a exemplo, nas palavras da Ministra, daquela “mulher que vende o bolo, que tem só uma batedeira e uma forma” (MMFDH, 2021b). Ou seja, nano-empendedorismo delinea-se como trabalho autônomo realizado na informalidade.

Durante seu discurso, Alves apresenta o trabalho autônomo como proposta do governo para diminuir o desemprego das mulheres. Para ilustrar seu argumento, ela conta a história de sua participação em uma *live* no Instagram com a cozinheira Ada Silva (SILVA, 2020), em novembro de 2020, na qual ela foi “fazer um bolo (...) cor-de-rosa” (MMFDH, 2021b). Silva realiza cursos de capacitação de mulheres em empreendedorismo, onde explica como adquiriu habilidades por meio de sua própria experiência de vida de sucesso no negócio, apesar de todos os obstáculos. Ao lado de Silva em uma roupa completamente rosa, Alves falou sobre seus planos de promover o empreendedorismo feminino no Ministério, como resposta meritocrática aos problemas econômicos enfrentados pelas brasileiras (SILVA, 2020). Essa lógica é trazida para o seu discurso de lançamento da campanha “A Força da Mulher Brasileira”, no qual faz referência à história de sucesso e superação de Silva para reforçar seu principal argumento de que é possível alcançar melhores condições financeiras seguindo esse caminho (MMFDH, 2021b).

Diante dessa argumentação, o foco principal da campanha é convocar as mulheres brasileiras ao trabalho produtivo. Contudo, fica evidente que, para a Ministra, as condições de trabalho dessas nano-empendedoras não são relevantes. Em sua fala, ela pontua que: “o objetivo vai ser sobrevivência. Ah, vocês vão pra informalidade... já vi muita gente nos criticando. Gente, calma, calma! Primeiro, comida. Primeiro, sobrevivência. Depois a gente vai passando pra formalidade” (MMFDH, 2021b). Nota-se, nesse ponto, que suas palavras estão

conectadas a uma narrativa promovida pelo governo sobre formalidade no emprego. Logo após sua eleição, Bolsonaro identificou como “um grande problema” no Brasil a “abundância de direitos trabalhistas”; para ele, a regulamentação do trabalho contribui para o desemprego, pois “são muitos direitos e poucos empregos” (ARAÚJO; MURAKAWA, 2018). De fato, ele está se apoiando na racionalidade neoliberal de que os direitos trabalhistas são um obstáculo à formalização, o que também foi dito por Paulo Guedes e outros atores da direita neoliberal brasileira (RUSSI, 2021) servindo de justificativa para cortes nos direitos das trabalhadoras. Nessa racionalidade em que a formalidade no emprego leva ao desemprego, na campanha “A Força Da Mulher Brasileira”, o MMFDH infere que as trabalhadoras devem ser incentivadas ao nano-empendedorismo – ou seja, à informalidade – para superar os efeitos econômicos gerados pela crise (MMFDH, 2021a, 2021c).

Assim, por meio da análise proporcionada pela TRS, desvenda-se que, nessa campanha, é promovida uma abordagem limitada e individualista dos problemas enfrentados pela sociedade. Em seu discurso, Alves ignora os fatores estruturais e culturais que geram opressão e violência e coloca como solução para a crise (da pandemia de covid-19) a própria agência das mulheres para superação (MMFDH, 2021b). Em suas palavras, “nesse novo Brasil, nesse novo normal que nos aguarda, a mulher vai ser responsável por toda a movimentação econômica do país. (...) vai ser pelas mãos das mulheres que vai passar a retomada econômica do país” (MMFDH, 2021b). Nesse sentido, ao invés de elaborar políticas que garantissem uma fonte de renda estável e segura e providência social para o trabalho, o vocabulário do (nano)empendedorismo serve para inserir as mulheres no setor econômico. Alves sugere que as oportunidades estão presentes para quem está disposta a trabalhar: fazendo bolos e “vendendo sacolé,” nas palavras da Ministra, suas nano-empendedoras são capazes de superar a crise, confiando em suas habilidades como cozinheiras para prover às suas famílias, “só com um fogão” (MMFDH, 2021b). Referenciando seu discurso:

E eu vi coisas acontecendo... por exemplo, tem uma mulher aqui, deputada Bia, lá na feira dos goianos, feira do Bará, que ela vende sacolé. Ela está faturando, por mês, porque o sacolé dela é gourmet, a caixa dela é cor-de-rosa, ela usa o chapeuzinho de chef, ela 'tá uniformizada... Ela 'tá faturando 11 mil reais por mês. Essa força da mulher... como que se podia imaginar que uma pessoa estaria ganhando hoje em Brasília 11 mil reais vendendo sacolé? (MMFDH, 2021b).

No contexto de avanço do neoliberalismo no Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho como sugerido pela Ministra está relacionada à contínua informalização, como ela mesma admite na sua fala. Ainda, no paradigma neoliberal-conservador do governo, nos exemplos que utiliza, Alves reforça a interpretação dos papéis sociais de gênero: como cozinhar faz parte da funcionalidade social reprodutiva da sociedade, mesmo quando as mulheres estão sendo inseridas na esfera 'econômica' do mercado de trabalho, elas assumem atividades relacionadas ao cuidado (MMFDH, 2021b). Afinal, para as mulheres, principalmente negras e de baixa renda, a informalidade muitas vezes significa realizar trabalho reprodução social remunerado, ainda que desvalorizado (ARAUJO, 2020a), como exercer atividades como diaristas e babás, ou cozinhar e vender alimentos nas ruas e aos amigos e vizinhos. Frequentemente, precisam conciliar diferentes fontes informais de renda para garantir o mínimo para a sobrevivência de suas famílias – o que se tornou mais recorrente desde o início da pandemia de covid-19. Para Alves, porém, essa realidade se traduz no nano-empendedorismo (MMFDH, 2021b).

Portanto, conclui-se da análise deste primeiro discurso que a Ministra se utiliza do vocabulário neoliberal para se referir a como as mulheres podem, por meio principalmente da mercantilização (e informalização) dos trabalhos de cuidado, superar as condições econômicas estruturais e tornarem-se empreendedoras capazes de ascender socialmente. Seu argumento baseia-se na lógica de que essas

mulheres devem trabalhar para o sistema, não importando qual o tipo de trabalho que realizam, em que condições, ou mesmo se sua renda é suficiente para sustentar sua família com necessidades básicas. Além disso, ao se referir aos efeitos da pandemia na empregabilidade das mulheres, Alves sugere que o plano do governo para a recuperação da força de trabalho é incentivar as trabalhadoras a encontrarem seus próprios meios de sobrevivência por meio do empreendedorismo. Com isso, ela ecoa a interpretação de que as mulheres devem “transformar a crise em oportunidade”, reforçando o discurso meritocrático e individualizando os problemas gerados pela crise.

2.2 Programa “Equilíbrio Trabalho-Família”

O programa Equilíbrio Trabalho-Família objetiva promover as condições para que cada indivíduo possa realizar suas aspirações profissionais enquanto cumpre suas obrigações familiares. Em seu discurso no lançamento do programa, em 15 de dezembro de 2020, Alves introduz o tema de sua fala mencionando o decreto presidencial n. 10.570/2020 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020), que instituiu como “dever da administração pública federal” a implementação de ações e programas para “fortalecer os laços familiares.” O programa Equilíbrio Trabalho-Família estaria inserido nesse contexto. Para atingir os objetivos do decreto, o programa propõe ações educacionais e premiações às empresas que implementem soluções criativas para promover esse “equilíbrio” (MMFDH, 2021d). Por exemplo, o Selo Empresa Amiga da Família (SEAF), lançado em julho de 2019, é um prêmio conferido anualmente às empresas (públicas ou privadas) que desenvolvem “práticas organizacionais” (GABINETE DA MINISTRA, 2019) – como extensão da licença-maternidade e paternidade, benefício de creche, esquema de cuidados para crianças e jornada de trabalho flexível (COMUNICAÇÃO DO SERPRO, 2019). Assim, uma análise a partir da TRS compreende que as ações almejadas por esta política é a conciliação entre o trabalho econômico produtivo e

as atividades de reprodução social, como sugerido pelo próprio nome do programa.

A começar, interessa mencionar que os elementos premiados pelo SEAF se inserem em um contexto de flexibilização da regulação trabalhista aliada à privatização do cuidado, uma vez que é a empresa quem fornece o benefício de creche a suas funcionárias. O cuidado, pois, é interpretado como um problema individual - o desafio do 'equilíbrio' entre trabalho e família - que deve ser igualmente resolvido de forma individualista. Para exemplificar a questão, em seu discurso, Alves infere que, com a privatização dos cuidados no âmbito das empresas, mesmo as mães-solo podem ser incluídas na cadeia produtiva e contribuir economicamente com o país (MMFDH, 2020). Sobre o tema, cabe apontar que os domicílios de mães-solo dificilmente são exceção no país, sendo a principal configuração das famílias de menor renda (IBGE, 2019). As condições dessas mulheres são muitas vezes agravadas pela marginalização do mercado de trabalho devido às suas responsabilidades como mães – o que é relatado pela própria Alves em sua fala:

E a gente foi conversar com essas mulheres. E o que que nós descobrimos? A maioria não está trabalhando porque não consegue trabalhar tendo uma criança com deficiência. Aí tinham mulheres que disseram assim pra mim: olha, Ministra, eu, quando era solteira, antes de ter esse bebê, (...) eu trabalhava, eu ganhava 3 mil reais. Hoje (...) eu perdi o emprego. Porque eu cheguei atrasada algumas vezes. (...) Porque eu tinha que sair muito para levar a criança em uma terapia, ou para levar no médico. (MMFDH, 2020)

Nesse ponto, Alves faz referência especificamente a mulheres que vivem em conjuntos habitacionais providos pelo governo federal para mães de crianças com deficiência. Ela alega, em sua fala, que como esses conjuntos foram construídos em lugares distantes,

as mulheres não podem contar com suas redes de apoios – familiares, amigas – para compartilhar os trabalhos de cuidados das crianças. Com consequência, perderam os empregos e precisam sobreviver com auxílios do governo (MMFDH, 2020). Nada obstante, o discurso da Ministra deixa de mencionar que a sobrecarga dos trabalhos de cuidados desempenhados por essas mulheres deriva também da falta de um sistema de infraestrutura provido pelo Estado. Ela não considera, por exemplo, que é obrigação legal-constitucional do governo prestar os serviços de creche às famílias (BRASIL, 1988). A resposta do Ministério vai em outro sentido: dentro da lógica do programa Equilíbrio Trabalho-Família, as necessidades de cuidado devem ser atendidas pelos empregadores para que as trabalhadoras possam conciliar trabalho e família.

Assim, embora os exemplos trazidos por Alves em sua fala retratem a realidade de mulheres sobrecarregadas com os trabalhos de cuidados, seu raciocínio difere substancialmente das conclusões alcançadas pelas teóricas da TRS. Para a Ministra, o problema é colocado individualmente “naquela mulher que fica presa no tempo e no espaço, [que] não produz mais economicamente, não cresce na sua profissão, porque tem um filho com deficiência” (MMFDH, 2020). Ou seja, o ‘equilíbrio’ entre trabalho e cuidado deve ser alcançado por cada família, e preferencialmente com a ajuda de seus empregadores, como propõe a política do Ministério. Sua individualização do problema para as “mães de crianças com deficiência” carece de questionamento da estrutura ideológica que opera dialeticamente para relegar (e sobrecarregar) as mulheres em suas posições de cuidado.

Além disso, em sua fala, a Ministra se refere às experiências da pandemia, “em que as famílias puderam trabalhar em casa” (MMFDH, 2020), para ilustrar como o ‘equilíbrio entre trabalho e família’ pode ser alcançado. Esse exemplo, porém, não considera que a maioria das brasileiras não pode exercer suas atividades econômicas dentro casa, mesmo em contexto de pandemia (ROSSI; BUENO, 2020). Ademais de se referir à pandemia como oportunidade – ao invés de uma

emergência sanitária que causou mais de meio milhão de mortes no país (oficialmente) –, mais uma vez as questões são individualizadas e deslocadas para que sejam resolvidas pelos indivíduos.

Conclui-se, portanto, que este segundo discurso de Damares Alves também está inserido no paradigma neoliberal do governo, uma vez que promove a privatização e a sobrecarga – principalmente sobre as mulheres – dos trabalhos de cuidados. A principal reivindicação de Alves é que, ao tratar do “equilíbrio trabalho e família”, as mulheres que ela cita como exemplo não podem, em suas palavras, “ficar pra trás” (MMFDH, 2020) e devem ser incluídas no mercado de trabalho. Ou seja, a racionalidade desta política é que, com a provisão da reprodução social pela esfera privada, todas podem (e devem) contribuir para a “cadeia produtiva” econômica. Nesse contexto, todavia, a Ministra não menciona que uma consequência do deslocamento da prestação desses serviços para o setor privado continua sendo a exclusão do acesso da população desempregada ou em trabalhos precarizados (incluindo aquelas inseridas na condição ‘nano empreendedorismo’).

3. Discussão: Damares Alves e o capitalismo neoliberal do governo Bolsonaro

Os últimos anos no Brasil foram marcados pelo avanço da agenda neoliberal, sobretudo a partir do governo Temer. As alterações na Lei do Trabalho para sua flexibilização em benefício do livre mercado significaram a expansão da economia informal. Além disso, a prestação de serviços sociais foi severamente impactada – em particular, pela emenda constitucional do Teto de Gastos, que congelou as despesas públicas por vinte anos. Ao mesmo tempo, os trabalhos de cuidado não diminuíram: pelo contrário, com a pandemia de covid-19, aumentaram exponencialmente enquanto a infraestrutura pública continua a ser desmantelada. Nesse contexto de crise latente, com base nas análises dos discursos de Alves, é possível desvendar como o projeto neoliberal e a ideologia conservadora se articulam na configuração das relações de gênero e cuidado no governo Bolsonaro.

Como exemplo dessa articulação, tem-se o “bolo rosa” mencionado no primeiro discurso. Alves se refere à sua atividade com Ada Silva para ilustrar seu argumento de que as mulheres podem alcançar sua autonomia econômica vendendo “bolos” – ou seja, realizando trabalho remunerado (e economicamente produtivo) de reprodução social, que ela chama de empreendedorismo – e reforçando o uso da cor rosa (e, com isso, o padrão feminino convencional⁶). Seu discurso, então, opera dentro de uma lógica que reúne os elementos tradicionais da vida familiar, as relações convencionais de gênero e a promoção do empreendedorismo.

Ademais, nota-se que ambos os discursos partem de uma interpretação neoliberal do trabalho, partindo da dicotomia de im/produtividade. A improdutividade (na esfera econômica) é retratada como o desemprego, entendido como um grande problema socioeconômico que as políticas visam a resolver. Por outro lado, a produtividade, apoiada na lógica neoliberal, é a participação das mulheres na esfera produtiva, entendida como necessária para a recuperação econômica do país. O vocabulário, nesse ponto, é fundamentalmente meritocrático e individualiza as consequências e as soluções da crise.

De fato, a inclusão produtiva das mulheres no mercado de trabalho é um elemento central em ambos os discursos. Em “A Força da Mulher Brasileira”, essa inclusão é buscada pela qualificação para o trabalho na forma de empreendedorismo. Em “Equilíbrio Trabalho-Família”, a política pública determina a oferta de reprodução social pela esfera privada (por exemplo, com a disponibilidade de creches por empresas e flexibilização das horas de trabalho) como solução para os obstáculos enfrentados por mulheres sobrecarregadas por suas responsabilidades de cuidado. O tema ‘gênero’ emerge, assim, na própria interpretação de Alves de como a crise está afetando as mulheres em seus papéis de mães e trabalhadoras.

⁶ Fazendo referência, aqui, à sua famosa declaração de que, no governo Bolsonaro, “menino veste azul e menina veste rosa” (CERIONI, 2019).

Em suma, enquanto a política neoliberal promove a desregulamentação dos serviços sociais, sua intrínseca relação com o conservadorismo permite a circulação de discursos que sustentam a realização do trabalho de cuidado em suas estruturas de gênero e raça. Afinal, se “o neoliberalismo é a falta de amor como política” (KLEIN, 2018, p. 99, tradução minha), o neoconservadorismo empurra e manipula os limites do amor nas esferas privadas da vida familiar. A partir dessas discussões, uma vez que o livre mercado e a moralidade cristã tradicional estão unidos no governo Bolsonaro, a arena jurídico-institucional do Ministério de Damarens Alves opera também na racionalidade neoliberal. Essas conclusões levam à avaliação de como a economia atravessa os discursos e a formulação de políticas da Ministra: como Guedes e Bolsonaro, Alves oferece uma resposta neoliberal à crise.

Referências

- AGUIAR, P.; LONDRES, M. “Eu não sou feminista, sou feminina”, diz ministra Damarens Alves. **R7.com**, 8 mar. 2020.
- ARAUJO, B. **A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): uma abordagem a partir da teoria da reprodução social**. Doutorado em História—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020a.
- ARAUJO, B. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. **Jacobin Brasil**, 13 set. 2020b.
- ARAÚJO, C.; MURAKAWA, F. Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego. **Valor Econômico**, 4 dez. 2018.
- ARRUZZA, C. **Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of marxism and feminism**. Pontypool: Merlin Press, 2013.
- ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, v. 10, p. 39–60, 2017.

- BARRETO, R. DE A. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis and Lélia Gonzalez.** Dissertação em História Social da Cultura—Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2005.
- BHATTACHARYA, T. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. Em: BHATTACHARYA, T. (Ed.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression.** London: Pluto Press, 2017.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. DAS D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional> Acesso em: 8 abr. 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. de outubro de 1988, Sec. Brasília.
- BRENNER, J.; LASLETT, B. Gender, Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the U.S. Welfare State. **Gender and Society**, v. 5, n. 3, p. 311–333, 1991.
- BROWN, W. **In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West.** New York: Columbia University Press, 2019.
- CERIONI, C. Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares em vídeo. **Exame**, 3 jan. 2019.
- COMUNICAÇÃO DO SERPRO. Ministra Damares Alves concede Selo Empresa Amiga da Família ao Serpro. 19 dez. 2019.

- DOWLING, E. **The care crisis: what caused it and how can we end it?** 1. ed. London; New York: Verso, 2021.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis and critical policy studies. **Critical Policy Studies**, v. 7, n. 2, p. 177–197, jul. 2013.
- FEDERICI, S. **Revolution at point zero: housework, reproduction, and feminist struggle**. Oakland: PM Press, 2012.
- FEDERICI, S. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.
- FERREIRA, D. M. M.; NASCIMENTO, I. D. S. Representatividade identitária da figura feminina no discurso da ministra Damares Alves. **Raído**, v. 14, n. 36, p. 475–492, 10 dez. 2020.
- FRASER, N. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. Em: BHATTACHARYA, T. (Ed.). **Social Reproduction Theory**. Remapping Class, Recentering Oppression. London: Pluto Press, 2017. p. 21–36.
- GABINETE DA MINISTRA. Portaria n. 1.468, de 19 de julho 2019. Institui o Selo Empresa Amiga da Família (SEAF), destinado a fomentar e reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho e família. 22 jul. 2019, Sec. 139, p. 49.
- GABINETE DA MINISTRA. Portaria n. 3.175, de 10 de dezembro de 2020. Institui o Projeto-piloto Qualifica Mulher e dá outras providências. 11 dez. 2020, Sec. 237, p. 147.
- GIMENEZ, M. **Marx, women, and capitalist social reproduction: Marxist feminist essays**. Chicago: Haymarket Books, 2019.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

- HOWARTH, D. Marx, discourse theory and political analysis: negotiating an ambiguous legacy. **Critical Discourse Studies**, v. 15, n. 4, p. 377–389, 8 ago. 2018.
- IBGE. Outras formas de trabalho 2018 – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínuas. [s.l.] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>
- KLEIN, N. **No Is Not Enough: defeating the new shock politics**. United Kingdom: Penguin Books, 2018.
- LAZAR, M. M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, v. 4, n. 2, p. 141–164, ago. 2007.
- LEMOS, L. M. A ideologia da ideologia de gênero e a escola. **Revista Vértices**, v. 19, n. 3, p. 51–62, 30 dez. 2017.
- MMFDH. **Lançamento do programa Equilíbrio Trabalho-Família**. 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ssEMnUjbOEQ&t=6s> Acesso em: 25 jun. 2021
- MMFDH. **A Força da Mulher Brasileira**. Government official page. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/campanha/a-forca-da-mulher-brasileira> Acesso em: 25 jun. 2021a.
- MMFDH. **Dia da Mulher: Governo Federal lança campanha sobre a força da mulher no Brasil – YouTube**. 8 mar. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5FKGKDBNW4> Acesso em: 25 jun. 2021
- MMFDH. **Campanha – A força da mulher brasileira**. 8 mar. 2021c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FCA1tFB-NyxQ>. Acesso em: 25 jun. 2021.

- MMFDH. **Programa Equilíbrio Trabalho-Família**. Government official page. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familia>. Acesso em: 25 jun. 2021d.
- MMFDH. **Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Government official page. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/damares-alves>. Acesso em: 25 jun. 2021e.
- MMFDH. **Você sabia?** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/qualifica-mulher/voce-sabia>. Acesso em: 27 jun. 2021f.
- MOJAB, S. **Marxism and Feminism**. London: Zed Books, 2015.
- MORAIS, T. **Damares Alves critica movimentos feministas modernos**. RENOVA Mídia, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://renovamidia.com.br/damares-alves-critica-movimentos-feministas-modernos/>. Acesso em: 26 mar. 2020
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto n. 10.570, de 9 de dezembro de 2020. Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. 2020.
- ROSSI, A.; BUENO, R. O Brasil sem home office. **Revista Piauí**, 8 jun. 2020.
- RUSSI, A. Guedes defende fim de encargos trabalhistas: “não deu agora, vamos fazer depois”. **CNN Brasil**, 23 jun. 2021.
- SILVA, A. **Live com a Ministra Damares [Instagram]**. 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/adasilvachef/>. Acesso em: 27 jun. 2021.